

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 658, DE 2003

Dá nova redação ao art. 193 da CLT para conceder adicional de periculosidade àqueles que trabalham expostos a radiações ionizantes ou a substâncias radioativas.

Autor: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME

Relator: Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA

I - RELATÓRIO

A iniciativa em epígrafe, do ilustre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, tem por escopo alterar o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder adicional de periculosidade àqueles que trabalham expostos a radiações ionizantes ou a substâncias radioativas.

Dois projetos com idênticos conteúdos encontram-se em apensos:

- Projeto de Lei nº 1.248, de 2003, do Poder Executivo, que “altera o art. 193, *caput*, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”;
- Projeto de Lei nº 1.294, de 2003, do Deputado Alceu Collares, que “dispõe sobre a concessão de adicional de

periculosidade aos trabalhadores expostos a radiações ionizantes ou a substâncias radioativas”.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou os três projetos de lei, na forma de um Substitutivo, em 1º de outubro de 2003.

Não foram recebidas emendas aos projetos e ao Substitutivo.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Consoante o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dos projetos de lei e do substitutivo aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

No exame das proposições vê-se que foram observadas as formalidades relativas à competência legislativa da União (art. 22, inciso I, da CF), à atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (art. 48 da CF), e à iniciativa legislativa (art. 61 da CF).

As propostas não violam quaisquer princípios do nosso ordenamento jurídico, não havendo reparos a serem feitos quanto à juridicidade.

Porém, quanto à técnica legislativa falta tanto no PL nº 658/2003 quanto no PL nº 1248/2003 o primeiro artigo, que indique o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, nos termos do art. 7º da Lei Complementar 95/98.

Tal imperfeição, entretanto, foi sanada pelo substitutivo aprovado pela Comissão de mérito, que está perfeitamente ajustado aos ditames da referida Lei Complementar.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei nºs 658, de 2003, 1.248, de 2003, 1.294, de 2003, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Sala da Comissão, em 29 de abril de 2004.

Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA
Relator